

João Urbano Cagnin - Secret. Executiva - PGC (repres. Secretário)  
Simpósio "5 Anos do PGC" - SBPC- Curitiba - julho 1986)

"Carajás foi um programa concebido para promover o desenvolvimento de uma área de 900 mil km<sup>2</sup> - 10% da área do país, na região oriental da Amazônia: Maranhão, parte oriental do Pará e o norte de Goiás"

"Desenvolvimento" seria feito com dois componentes essenciais:

- 1- incentivo à iniciativa privada - esquema de incentivos fiscais que pudesse atrair investimentos para a região pioneira
- 2- planejamento regional (articulação de órgãos setoriais do governo na área)

"Velha República" - apenas 1 funcionou (incentivos fiscais para aglutinar interesses que se instalassem na região)

- só há um ano, "nova" Secretaria Executiva (SE) - "componente 2 hoje é prioritário"

- durante segundo semestre de 1985, PGC sofreu modificações - maior democratização através participação no Cons. Interminist.

- governos estaduais

- Ministro Ciência e Tecnologia

e ajustamento equipe interna SE

SEPLAN aprovou nova estrutura - articulações intersetoriais (IBDF, INCRA, etc.)

Histórico PGC

1967 - descoberta jazida ferro Carajás pela US Steel (sua subsidiária Meridional de Mineração) - após mudança legislação - Novo Código de Mineração contendo incentivos à aplicação de capitais privados na pesquisa mineral [anteriormente, decreto 58.733 - 27.6.66 - estabeleceu acordo com EUA para aerolevantamentos por sensoriamento remoto - condições humilhantes do Brasil nesse acordo que permitia aos EUA ampliar informações sobre patrimônio mineral brasileiro]

OBS:

[anexo GT Carajás - SBPC]

- out. 1969 - US Steel dividiu (50%) com CVRD os títulos de alvarás de pesquisa para minério de ferro (emitidos pelo MME) cobrindo área de 160 mil ha
- 1970 - consórcio US Steel-CVRD - AMZA (Amazônia Mineração) p/ exploração ferro Carajás
- 1971 - CVRD funda subsidiária DOCEGEO para pesquisa bens minerais [fugindo dependência comércio ferro]
- [década crise internacional- multinacionais retiram-se pesquisa mapeamento CPRM/RADAM/DOCEGEO]
- [ago.1973 - Eng<sup>o</sup> Raymundo Pereira "ascarenhas (então e atual pres. CVRD) admitiu ato de "magnanimidade" da US Steel - Meridional de Mineração "abdicou" de seu direito e "cedeu" 50% das jazidas à CVRD-"vergonha"que seria denunciada pelo Dep. Lysâneas Maciel - MDB-RJ- em discurso na Câmara no dia de sua cassação: poder concedente não era mais a União Federal e sim uma multinac! CVRD era líder do consórcio MAS Meridional tinha poder de veto - CVRD era mera agenciadora de vendas, presença formal]
- 1974 - AMZA obtém direito de lavra para Carajás (100.000 ha)
- 1976 - visita Geisel ao Japão configura projeto alumínio ALBRÁS-ALUNORTE (Nippon Amazonian Aluminium LE - CVRD)
- início construção UHE Tucuruí - necessidade suprir energia para ALBRÁS (Barcarena - PA)
  - AMZA (i.e.US Steel) define-se pela construção ferrovia ligando a Serra dos Carajás aos portos de Itaquí (reforma) e Ponta da Madeira (construção) - MA - 890 km (opção técnica ferrovia-porto em função da política de exportação de minério de ferro, agregada às exigências das multinacionais: porto de águas profundas para navios de grande porte para a Ásia, em condições competitivas com Austrália e África do Sul)
- 1977 \* desfeito consórcio US Steel - CVRD (US Steel recebeu indenização de 50 milhões de dólares)
- \* Est. do Pará vendeu área jazida Carajás para a CVRD (412 mil ha) -

- 1979 - Projeto Ferro ressuscitado com gov. Figueiredo
- CVRD assessorada por empresa japonesa - JICA - preparou um plano integrado de desenvolvimento envolvendo, além do Projeto Ferro (PFC), um plano global de exploração de recursos para exportação - segmentos minero-metalúrgico, agroindustrial, pecuária - Estudo Preliminar do Desenvolvimento Regional do Corredor de Carajás no Brasil, março 80
- 1980
- em função do início PFC - mina/ferrovia/porto e da decisão da ALCOA (planta de alumínio em São Luís - ALUMAR) foi criado o PGC na SEPLAN para coordenação ações setoriais PGC não é personalidade jurídica - corpo de técnicos que assessoram o Conselho Interministerial - 10 ministros (e 3 governadores agora) - [pres. Min. Planejamento - criado por decreto-lei nº 1.813 de 24.11.80 - institui regime especial de incentivos fiscais para os empreendimentos integrantes do PGC - isenção, por 10 anos, de IR, IPI, ICM]
- [abril 1981 - Amazônia Oriental: Plano Preliminar de Desenvolvimento, (Internacional de Engenharia- CVRD)]
- 1981 - Comissão de Ciência e Tecnologia - programa para assessorar área ambiental e tecnológica - nunca funcionou
- extinção AMZA - acervo incorporado à CVRD (SUCAR)
- [dez.1981 - instrução MEAF 05/81 - área arrecadada: "Área objeto da concessão imediata de direito real de uso à CVRD" - regularização fundiária ?? - 429 mil ha
- fev. 1982 - Projeto Grãos - EMBRAPA
- abril 1982 - Diretrizes Gerais para Carajás Agrícola (minuta)]
- 1982 - isenção fiscal especial para as empreiteiras de grandes obras (Camarago Correa, Odebrecht, etc.) que tinham maiores recursos a pagar (IR) - foram isentas desde que reinvestissem em outras áreas do PGC
- CVRD obtém concessão direito de lavra manganês (metalurgia: empresas privadas)

1985 - fim da "Velha República" - PGC foi "democratizado"  
com inclusão governos estaduais e ministro ~~CG~~ & T  
no CI

~~medidas~~ 1986 - início reestruturação SE - resolução 14 (janeiro)  
do CI: novas regras reduzindo isenção IR em 50%  
e fazendo com que essa isenção seja canalizada  
através dos estados para obras de infra-estrutura  
econômica e social na área do PGC

"Área Programa" - 820 mil km<sup>2</sup> - 8,5 milhões de habitantes  
polos agropecuários - "melhores solos" (critério EMBRAPA)  
polos industriais - São Luís, Barcarena, Santa Inês, Açailândia,  
Imperatriz, <sup>Parabá</sup> - Parauapebas, Carajás e  
Araguaína

(45 projetos aprovados - ver adiante)

- infraestrutura já construída no Pará:

jazida área Carajás

" " Paragominas (alumina ALBRÁS)

represa Tucuruí

Estrada de Ferro Carajás

(3 novas usinas hidrelétricas serão construídas pela ELN:

2 no Tocantins, 1 no Araguaia e mais 2 no Xingu

geração de 20 milhões de KW)

("o potencial energético do sul e do nordeste está acabando;  
uma nova saída é construir na Amazônia ou a opção nuclear")

- infraestrutura já construída no Maranhão:

→ corredor da ferrovia

estruturas de áreas onde já há infra (as indústrias de  
Açailândia - orientação PGC)

Projetos já aprovados (desde 1980) 45 - integrantes do PGC  
energia elétrica, infra-estrutura, colonização (Alto Alegre-MA),  
agricultura, lavra de ouro, produção de fertilizantes, silício-  
metálico, manganês, ferro-ligas, cimento, alumínio-alumina,  
ferro-gusa

Pará: 23 projetos	85%	US\$ 14,4 bi total investimentos
Maranhão: 21	14%	
Goiás: 1	1%	

principais projetos 1ª fase (grande infraestrutura)

Projeto Ferro-Carajás: CVRD -

ALUMAR (ALCOA - S. Luís)

ALUNORTE - só 1989

ALBRÁS - 80 mil ton/ano (160 mil nos próx. 2 anos)

manganês - CVRD - 1 milhão ton/ano (só 25% é permitido exportar -  
restante tem que ser transformado internamente)

ferro-ligas - 300 mil ton/ano

silício-metálico - 32 mil ton/ano (Tucuruí)

ferro-gusa - 670 mil ton(hoje) - outros proj. em carteira: 1.500.000 ton  
ano

Recursos

próprios dos investimentos - 62%

FINAM/FINOR 1%

CARAJÁS - isenções IPI 3%

outras fontes 34% (externos)

do total 51% nacional

49% externos

grandes consumidores de recursos PFC: 30%

Tucuruí: 35%

Portobrás: 2%

infra-estrutura: 67% dos investimentos

33% projetos produtivos (alumina/

alumínio: 28% - outros: 5%)

1985-86 : 2-5% dos projetos apresentados foram aprovados

"quanto à meta faraônica entendida no começo da década (imprensa)  
sujeita a críticas da comunidade científica (com razão), dos  
US\$ 60 bilhões " (em dez anos) : [em US\$]

	investimentos	Receita
previstos	US\$28,2 bi	9,2 bi
realizado	10 bi	3,3 bi
%	(27%)	(30%)

- novidade nesse ano de planejamento (85-86) -> serão incluídos os seguintes projetos:

- 1- projeto de mapas previsionais da região PGC levantamentos dos recursos minerais, solo e vegetação investimentos 50% PIB  
50% recursos internos  
coordenador DNPM, envolvendo IBDF, RADAM, EMBRAPA e IBGE  
mapas 1:250.000  
10% da área já foi levantado  
"antiga reivindicação do setor mineral - melhor conhecimento da área"
- 2- projeto de tecnologias apropriadas à produção de carvão vegetal siderúrgica se instalando na região - ferro-gusa e ferro-liga tecnologia nacional  
"nenhum país do mundo hoje faz siderurgia de ferro-gusa, só o Brasil" - "alta ocupação física - programa de produção de carvão vai 'ajudar' a região" (camponeses -> carvoeiros ?)
- 3- Programa de Desenvolvimento Rural Integrado dos Polos "arabá e Santa Inês"  
- "em vez do projeto agrícola anteriormente fixado em US\$ 5 bi e inviável para uma região com problemas fundiários sérios como todos sabem - desenvolvimento rural integrado com a participação dos pequenos produtores - começo modesto: Alto Alegre - infra-estrutura em áreas onde já existe alguma que seria apropriada no futuro pelo grande capital"
- 4- Plano Diretor do Corredor da EFC  
"plano-diretor urbano-industrial que vai dar os elementos, as diretrizes para um esquema de incentivos fiscais diferenciados para determinadas indústrias"  
- estudo do impacto sobre o meio-ambiente e na área social ("as cidades lá são cidades modestas, pobres, que precisam de melhorias")
- 5- Estudo de mercado para o gusa, "que é o grande produto intermediário que vem surgindo em produção empresarial, agora nesses últimos tempos, MAS nós só vamos aprovar os novos projetos se houver realmente mercado!"

- 6- Implantação da infra-estrutura urbana e rural através da resolução 14 (de 1986 - indicação pelos estados) novo esquema de análise de projetos, padronizada (o que não havia antes) e articulação institucional com grupos de trabalho:
- energia com ELN
  - carvão com IBDF, EMBRAPA e outras entidades
  - (esses projetos têm diversos resumos, mapas previsionais elaborados, recursos)
  - área prioritária: ferrovia
  - estudo industrial da qualidade do carvão *refletal*
  - tipos de fornos
  - estudo ambiental - florestas
  - social - participação de pequenos produtores no processo
  - institucional - coordenação dos órgãos envolvidos (*"carvão"*)
  - tecnologia

Pólos Marabá  
 Santa Inês } desenv. integrado com Projeto Nordeste  
 (projetos p/ grandes produtores)

Marabá: Gleba Sororó

Plano diretor da EFC: mais importante agora com finalidade de subsidiar a política de desenvolvimento sócio-econômico da área principal - cidades relevantes - "necessidade de dotar a região do parque industrial - várias regiões foram desapropriadas" "necessidade de organizar o espaço rural com participação dos pequenos produtores da região, necessidade de utilizar tecnologias apropriadas, endógenas"

(críticas ao fato de que não havia planejamento)

- prioridades: - articulação inter-setorial - projetos integrados
- infra-estrutura-projetos hidrelétricos - área rural - área agrícola
  - internalização dos benefícios *potenciais* nesses proj.
  - produção de insumos com tecnologia apropriada (carvão)
  - democratização de decisão no âmbito do Conselho através da participação dos estados e através das discussões das propostas da comunidade e do Conselho de Ciência e Tecnologia, do qual fazem parte

três elementos da comunidade acadêmica  
 (comissão não funcionou e está sendo reativada -  
 CNPq é o coordenador da Comissão)

#### Estratégias do PGC

- indução de empresas de médio porte nacionais
- formação de grupos de trabalho intersetoriais - integração
- participação de membros da comunidade (níveis local e regional)
- articulação com MCT - através da Comissão de Ciência e Tecnol. no CI
- atuação interna do setor para canalizar recursos para os proj. regionais
- indução de órgãos setoriais para estabelecimento de políticas setoriais de interesse nacional

política energética (hoje essencial para o PGC)

" agrícola, política mineral, política industrial e política de ciência e tecnologia

"essas políticas só serão viáveis dentro de um contexto nacional - não podemos isolar Carajás do que acontece no Brasil - dentro das possibilidades políticas da própria Constituinte, nós teremos que fazer essa política, que hoje é frágil. Como a política energética, por exemplo, para fornecer subsídios credenciados para que as empresas nacionais se instalem; em função do lucro e da redução dos custos de novas usinas hidrelétricas na Amazônia através dessa integração, tornando o investimento mais "atraente"

"redução de custos financeiros através de planejamento mais adequado, tecnologias apropriadas (política do carvão vegetal)"

- política mineral com aproveitamento racional de jazidas - ligação com industriais via tecnologia endógena - mito da tecnologia importada - condicionamento que isso gera no setor industrial para o setor mineral (desperdício)
- reservas estratégicas para certos minerais
- exportação e preços (cartéis de produtores)
- levantamento do subsolo mais detalhado, gradativamente
- política industrial - ligação gradual com a indústria através da ampliação da produção do produto intermediário (gusa) para ampliar a indústria nacional de transformação
- racionalização dos custos de transporte
- tratamento diferenciado das áreas industriais

- reserva de mercado para certos produtos
- política agrícola e fundiária com zoneamento das áreas do país
  - solução do problema fundiário
  - papel do Estado na comercialização e fixação de preços <sup>mínimos</sup> dos produtos agrícolas
- política de ciência e tecnologia
  - utilização racional dos recursos naturais através de tecnologias endógenas, sempre setoriais, regionais e tecnologias alternativas